

1 **Ata de Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**
2 **SOCIAL – CMAS/Campinas, em 25.08.2020.** Aos vinte e cinco dias do mês de agosto
3 de 2020, convocada para as nove horas, ocorreu a reunião ordinária do CMAS, em ambiente virtual
4 no link: meet.google.com/hws-giko-bxm. **Presentes:** **A) Conselheiros representantes da**
5 **Sociedade Civil** – pelas Entidades de Assistência Social – Titulares: Celina da Costa Dias Silva
6 (vice-presidente) e Juliana Aparecida Vieira da Silva - Suplente: Josefa Hermínia Rodrigues Guirau;
7 pelos Profissionais ou Órgãos de Classe ligados à Área da Assistência Social - Titular: Leonardo
8 Duart Bastos; pelos Usuários ou Representantes dos Usuários da Assistência Social Titular: Joana
9 Júlia de Rezende Tripoloni - Suplente: Selma Regina Cucolo. **B) Conselheiros representantes do**
10 **Poder Público** – pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos
11 Humanos - Titular: Maria Aparecida Giani Oliva Modenesi Barbos (presidente) - Suplente: Matheus
12 Ifanger Albrecht; pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - Titular: Pâmela Cristina Pereira;
13 pela Secretaria Municipal de Finanças – Suplente: Cristiano Oliveira Lourenço. **C) Justificativas de**
14 **ausência:** Amanda Cristina Fabri Donadon Pedrini, Simone de Oliveira Prates, Paulino Massamori
15 Sashimoto, Elcio Eidi Itida, Cinthia Cristina da Rosa Vilas Boas, Valquírio Augusto Cavedini, Célia
16 Elizia Marinho Santos, Maria Eduarda Losi Gonçalves, Elaine Cristina Garcia Ramos de Sousa,
17 Márcio Cristian Ferreira, Maria da Graça Ávila Siqueira de Carvalho, Niraldo José da Silva, José
18 Fernandes Ongaratto, Eliete Federico Adão, Sueli Patane Maraxlet, Sérgio Reis de Oliveira
19 Cerqueira, Adilson Gomes Pereira, Márcia Adriana Cardoso Moreno, Vanilda Nunes Avelar Cunha,
20 Andréa Janotte Farina e Vicente Porto Vilela. Realizado o levantamento de presenças, assumiram
21 titularidade “ad hoc” os conselheiros suplentes Josefa, Selma e Cristiano. Os conselheiros Leonardo
22 e Selma, se ausentaram da reunião. Estiveram presentes como convidados: Vera Lia - Associação
23 Daniel Mendez; Leandro Teixeira - Associação Daniel Mendez; Valéria F. Santos - Assist. Social
24 Paróquia Sagrado C. Jesus; Silvano Freire Oliveira - SMASDH; Ana Lúcia - FEAC; Tatiana Smili -
25 Centro Comunit. Jd. Santa Lúcia; Raphaela Filadelpho - Fund. Síndrome de Down; Juliana Padilha
26 - Instituto dos Cegos; Jirlane Santos - SORRI; Kelly Kirner - Assessoria CMAS; Fabrício - APAE;
27 Rosi - Obra Social S. João Bosco/Vovô Nestor; Elisandra Rinaldi - APAE; Adriana Canneva -
28 SMASDH; Gisleide Abreu - SMASDH; Tatiane Cristina Lucio - CIEE. **Deliberação da Ata** – Foi
29 colocado em votação a ata referente a Reunião Ordinária realizada no dia vinte e oito de julho de
30 2020 que, lida anteriormente pelos conselheiros foi **APROVADA** com oito votos a favor, nenhuma
31 abstenção e nenhum voto contrário. **Política e Legislação** - A conselheira Juliana fez a leitura do
32 relato da reunião realizada no dia onze, que teve como pauta o Programa Viva Leite, o Ofício ao
33 Ministério Público sobre o CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social Norte
34 e a Lei de Criação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social. Juliana relatou que será
35 encaminhado convite ao representante do DSAN - Departamento de Segurança Alimentar e a um
36 representante da DRADS - Diretoria Regional de Desenvolvimento Social, para participarem da
37 próxima reunião desta Comissão a fim de um melhor entendimento sobre o fluxo do Programa Viva
38 Leite. Juliana relatou sobre a dificuldade de acompanhar as demandas da comissão e sobre os
39 acontecimentos com a Lei de Criação do SUAS. Juliana relatou que foi solicitado encaminhamento
40 da NOB/RH-SUAS ao Ministério Público e aguarda resposta do ofício sobre o CRAS - Centro de
41 referência de Assistência Social do Jardim Bassoli. Juliana relatou que foi encaminhada cartilha do
42 CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social a todos os serviços e que será realizada reunião
43 para a organização do questionário encaminhado sobre o funcionamento das entidades e do poder
44 público. Juliana relatou que o CMAS questionou o ofício recebido da Sra. Isabel Barbosa sobre o
45 funcionamento das ILPIs - Instituições de Longa Permanência para Idosos .A comissão lamentou
46 que não foi tudo contemplado na Lei de Criação do SUAS, como a retirada do MROSC nessa lei,
47 prejudicando as OSCs - Organizações da Sociedade Civil, parceiras da Prefeitura Municipal de
48 Campinas e que foi sugerido que a próxima Gestão institua um Grupo de Trabalho sobre esta Lei.
49 Juliana relatou que as propostas de continuidade das demandas da Consulta Pública sejam
50 encaminhadas para a próxima Gestão. Celina falou que o CMAS disponibilizou no seu site, a
51 divulgação da ação do fórum de usuários da região noroeste em apoio ao CRAS do Jardim Bassoli.
52 Maria Aparecida solicitou inversão de pauta, que foi acatada. **Comissão de Elaboração, Execução**
53 **e Monitoramento das Conferências Municipal** - Maria Aparecida relatou que foi elaborada carta
54 de proposta do Conselho a ser apresentada aos candidatos à Prefeitura Municipal de Campinas. A
55 Sra. Kelly Kirner fez a leitura e a apresentação do material. Celina explicou que foi realizado um
56 resumo das prioridades da Assistência Social, pensando em cada serviço, e demandou diversas

57 reuniões para a execução deste trabalho. A conselheira Josefa falou que o material elaborado ficou
58 muito interessante e não se recorda de haver outro material similar. que ficou muito bom. Maria
59 Aparecida parabenizou o trabalho realizado pela Sra. Kelly Kirner que foi minucioso, totalizando
60 nove propostas prioritárias das deliberações e que, após a apresentação, estaria aberta para as
61 contribuições. A Sra. Kelly Kirner agradeceu os comentários sobre o material elaborado e falou que
62 o Conselho tem se esforçado na transformação dos materiais da Conferência para se tornar de uso,
63 encaminhamento e monitoramento. A Sra. Kelly ressaltou que este material teve a finalidade de
64 transformar as deliberações em recomendações prioritárias para a política municipal da assistência
65 social e que outros materiais ainda serão construídos. Kelly explicou que esta é uma carta
66 direcionada aos partidos políticos do município, sobretudo àqueles com pré-candidatos à prefeitura
67 municipal, dando orientações prioritárias. A Sra. Kelly Kirner fez a leitura do material e se colocou à
68 disposição, a qualquer momento, para as possíveis contribuições. Maria Aparecida falou que há
69 previsão de agendar reunião dos conselheiros com os candidatos para a apresentação desse
70 material. A conselheira Joana Júlia disse que gostou do material e que contemplou tudo o que foi
71 discutido na Conferência. A conselheira Selma elogiou também o material, que foi feito um resumo
72 de todas as deliberações da Conferência. Em regime de votação o material elaborado para
73 apresentar aos partidos políticos contendo nove recomendações prioritárias foi **APROVADO** com
74 oito votos a favor, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. **Comissão de Inscrição e Normas**
75 - O conselheiro Leonardo relatou que a comissão se reuniu no dia quatro e teve como pauta o
76 requerimento de inscrição da Associação Daniel Mendez que, com base nas informações solicitadas
77 ao CRAS Sul, ao CRAS Satélite Íris e à entidade Projeto Gente Nova a comissão emitiu o parecer
78 pelo INDEFERIMENTO, por não caracterizar um Serviço de Convivência e Fortalecimento de
79 Vínculos, conforme inciso I, do artigo 2º da Resolução CMAS nº 003/2015 e, em regime de votação
80 foi **APROVADO** com oito votos a favor, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. Leonardo
81 relatou que a Associação Franciscana de Assistência Social Coração de Maria - AFASCOM solicitou
82 a inclusão do CNPJ 57.521.759/0008-03 na unidade executora do Serviço de Acolhimento
83 Institucional para Idosos, localizada no Jardim Von Zuben e, após análise dos documentos a
84 comissão emitiu parecer FAVORÁVEL e, em regime de votação foi **APROVADO** com oito votos a
85 favor, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. Leonardo relatou que a comissão analisou o
86 requerimento de inscrição da entidade Comunidade Educacional de Base Sítio Pinheirinho -
87 CEBASP e emitiu parecer pelo INDEFERIMENTO, considerando que a documentação não atende
88 os requisitos da Resolução CMAS nº 003/2015 e que a entidade não possui atividades
89 desenvolvidas no município até a presente data e, em regime de votação foi **APROVADO** com oito
90 votos a favor, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. Leonardo relatou que a comissão se
91 reuniu no dia treze que teve como pauta o pedido de cancelamento de inscrição do Instituto de
92 Pedagogia Terapêutica Professor Norberto de Souza Pinto, inscrita sob o nº 029E, executora do
93 Serviço Complementar para Atendimento à Pessoa com Deficiência. Leonardo explicou que a
94 entidade encerrou suas atividades e após análise dos documentos, a comissão emitiu o parecer
95 FAVORÁVEL ao CANCELAMENTO A PEDIDO da inscrição da entidade e, em regime de votação
96 **APROVADO** com oito votos a favor, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. Leonardo relatou
97 que a comissão analisou o requerimento de inscrição da entidade PAICA - Programa de Atenção
98 Integral à Criança e ao Adolescente e emitiu parecer pelo INDEFERIMENTO, considerando que a
99 entidade não possui garantia do serviço ter o caráter continuado, não atendendo a Resolução CMAS
100 nº 003/2015 e, em regime de votação foi **APROVADO** com sete votos a favor, uma abstenção e
101 nenhum voto contrário. A conselheira Juliana pontuou a importância do atendimento dessa entidade
102 a pessoas com autismo, considerando a fila de espera em outra instituição. Leonardo ressaltou que
103 o requerimento de inscrição da entidade foi para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de
104 Vínculos, que consideram a importância do trabalho executado nos demais serviços, e em reunião
105 com a entidade foi esclarecido que as atividades propostas não se adequam a política da
106 assistência social. A conselheira Josefa se absteve do voto por não conhecer o trabalho executado
107 pela entidade e não conseguiu compreender muito bem a solicitação. Leonardo relatou que a
108 comissão analisou os documentos referentes ao requerimento de inscrição do Serviço de
109 Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - Abrigo Institucional da entidade UNIASEC
110 - União de Amor, Ajuda e Salvação em Cristo inscrita sob o nº 129E e que foi solicitado parecer
111 técnico à Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC. A comissão emitiu parecer
112 FAVORÁVEL e, em regime de votação foi **APROVADO** com oito votos a favor, nenhuma abstenção
113 e nenhum voto contrário. Leonardo relatou que a comissão se reuniu no dia vinte e um e teve como

114 pauta a Renovação de Inscrição das Entidades, que foi criado um modelo de resolução e a comissão
115 emitiu parecer FAVORÁVEL a este modelo. Leonardo fez a apresentação e leitura da Minuta da
116 Resolução de Renovação de Inscrição 2020 mantendo suspenso a apresentação dos documentos.
117 Maria Aparecida falou que nesta proposta foi considerado a quantidade de inscrições neste
118 Conselho, a viabilidade do grupo analisar os documentos neste período de Pandemia e que a nova
119 gestão avalie se será feito a renovação até o final deste ano e, em regime de votação foi
120 **APROVADO** com oito votos a favor, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. **Comissão de**
121 **Interface e Articulação** - Maria Aparecida informou que foi analisada pela comissão algumas
122 páginas da cartilha elaborada pela assessoria da Carobinha e finalizada pela Fundação FEAC, que
123 entregará ao Conselho até o final desta Gestão. Celina apresentou a cartilha e explicou que foi
124 elaborada pela Sra. Thais, integrante da Carobinha, que relata todo processo da XIII Conferência
125 Municipal de Assistência Social de Campinas e permanece como registro desta Gestão. **Comissão**
126 **de BPC** - Maria Aparecida apresentou e fez a leitura do documento proposto pela comissão a ser
127 enviado ao Ministério da Cidadania, Defensoria Pública e ao INSS solicitando esclarecimentos
128 acerca da possibilidade de acúmulo de benefícios federais, onde o usuário beneficiado tem a
129 possibilidade de deixar de receber ou até perder os subsídios e, em regime de votação foi
130 **APROVADO** com sete votos a favor, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. **Comissão do**
131 **Bolsa Família** - Não houve pauta para a reunião. **Comissão de Finanças e Orçamento** - Matheus
132 falou que a comissão se reuniu no dia onze, fez a leitura e apresentação do relato, que teve como
133 pauta os documentos contábeis referentes ao mês de junho de 2020 e a comissão emitiu parecer
134 FAVORÁVEL e, em regime de votação foi **APROVADO** com sete votos a favor, nenhuma abstenção
135 e nenhum voto contrário. Matheus falou que a comissão se reuniu no dia vinte e quatro, fez a leitura
136 e apresentação do relato, que teve como pauta o direcionamento de recursos de autoria do
137 Excelentíssimo Senhor Deputado Baleia Rossi, oriundo do Ministério de Desenvolvimento Social,
138 destinado à Instituição Padre Haroldo Rahm, CNPJ 50.068.188/000-88, tratada através do SEI PMC
139 nº 2020.00039848-53, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Matheus explicou que o recurso
140 deverá ser analisado e deliberado quanto a inscrição da instituição neste Conselho, sendo
141 encaminhado ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS para posterior repasse à OSC e
142 que haverá a fiscalização pela prestação de contas da SMASDH, com assinatura de termo de
143 colaboração, apesar da indicação do deputado. O conselheiro Matheus falou que o recurso poderá
144 ser utilizado no custeio da entidade, considerando o artigo 29 do MROSC, que possibilita destinação
145 de recurso e contrato. Matheus relatou que a comissão tem parecer FAVORÁVEL a destinação de
146 recurso, por se tratar de entidade inscrita neste Conselho. A conselheira Juliana perguntou como o
147 CMAS fará a fiscalização e Matheus explicou que o Conselho não possui responsabilidade sobre a
148 utilização do recurso, que é fiscalizado pelo Tribunal de Contas, e que o Conselho delibera se a
149 instituição está apta ou não a receber o recurso. A conselheira Josefa falou da preocupação sobre
150 a atribuição do conselheiro na aprovação deste Programa Federal, que destina recurso à instituição
151 em nome de um deputado, neste período político, refletindo sobre a necessidade de recursos que
152 instituição possui. O conselheiro Cristiano sugeriu publicar manifestação contendo o parecer deste
153 Conselho. Maria Aparecida falou que há dificuldade de entendimento deste Programa Federal no
154 fluxo deste processo, e falou que a secretária executiva do CMAS entrará em contato com a
155 responsável da Prestação de Contas da SMASDH para participar desta reunião e prestar maiores
156 esclarecimentos. Maria Aparecida sugeriu aguardar e relatar a próxima pauta e retornar
157 posteriormente, que foi acatada. **Comissão Eleitoral** - Matheus relatou que a comissão se reuniu
158 no dia seis, fez a leitura e apresentou a Minuta da Resolução contendo as alterações da eleição
159 para o triênio 2020-2023. Matheus explicou que a eleição será realizada em duas etapas, sendo a
160 primeira para a apresentação dos candidatos de forma virtual e com participação obrigatória dos
161 participantes e na segunda etapa, votação de forma presencial, filmada e transmitida de forma
162 virtual por aplicativo de videoconferência. Maria Aparecida explicou que neste dia somente a
163 Comissão Eleitoral poderá permanecer no local da votação e que os eleitores votarão
164 presencialmente e farão o acompanhamento da apuração dos votos pela internet. Matheus explicou
165 a logística do processo eleitoral na primeira e na segunda etapa. A conselheira Juliana sugeriu
166 acrescentar um evento teste na primeira etapa do processo, para auxílio principalmente aos
167 usuários, que foi acatada. A Sra. Ana Lídia sugeriu que as perguntas aos candidatos poderiam ser
168 encaminhadas através de "chat" (mensagens escritas em tempo real pela internet) para serem
169 respondidas posteriormente por e-mail. Matheus falou que será publicizada posteriormente,
170 alteração do Edital nº 001/2019 com as mesmas mudanças apresentadas nesta Resolução. Em

171 regime de votação a Minuta da Resolução de alteração que dispõe sobre o processo eleitoral triênio
172 2020-2023 foi APROVADA com seis votos a favor, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário.
173 Maria Aparecida retornou a pauta da Comissão Finanças e Orçamento referente a indicação de
174 recurso federal destinado à Instituição Padre Haroldo Rahm, e solicitou esclarecimento à Sra.
175 Adriana Canneva, representante da SMASDH, que informou do recurso de Emenda Parlamentar
176 que já está previsto na LOA - Lei Orgânica Orçamentária e neste caso, de forma extra orçamentário
177 do Ministério da Cidadania, por via parlamentar, apadrinhado pelo deputado e que o formato de
178 parceria tornou-se o mesmo. A Sra. Gisleide Abreu, representante da SMASDH, esclareceu que o
179 funcionamento é semelhante a emenda parlamentar, onde a instituição fez contato junto ao
180 parlamentar para a destinação do recurso e que o valor mínimo que pode ser indicado é de
181 R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para custeio de serviço que, se aprovado, é celebrado parceria por
182 meio do Termo de Colaboração, conforme artigo 29 da Lei Federal nº 13019/14. A conselheira
183 Juliana questionou a constância desta pauta e Gisleide esclareceu que os Gestores, Conselho
184 Nacional e Colegiados têm debatido a necessidade de recomposição do orçamento da Assistência
185 Social e do serviço continuado, porém não existe nenhum impedimento às emendas parlamentares,
186 que são formas de destinação de recursos asseguradas pela lei e o item obrigatório é a instituição
187 possuir inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social. Maria Aparecida questionou se os
188 repasses do Ministério têm ocorrido para complementar o orçamento da Assistência Social ou para
189 atendimento à Lei Federal 13019/2014 - MROSC para controle dos municípios, pois anteriormente
190 eram repassadas diretamente para as instituições. Gisleide esclareceu que o MROSC não permite
191 que o repasse seja feito diretamente do parlamentar às instituições, devendo passar pelo Fundo
192 Municipal de Assistência Social - FMAS. O conselheiro Cristiano perguntou se o Programa SIGTV
193 é específico para este tipo de repasse e Gisleide esclareceu que é um Sistema de Gestão para
194 repasses do SUAS - Sistema Único de Assistência Social. Maria Aparecida sugeriu que esta pauta
195 seja encaminhada para a próxima reunião da Comissão de Finanças e Orçamento para participação
196 dos interessados, para elaboração de documento sugerido pelo Conselheiro Cristiano e outros
197 encaminhamentos. Maria Aparecida solicitou que a secretaria executiva encaminhasse por e-mail
198 aos conselheiros, o trecho da ata que diz respeito a emenda parlamentar destinada à entidade
199 Assistência Vicentina Frederico Ozanam de Campinas, para tomarem ciência. Em regime de
200 votação o direcionamento de recursos de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Baleia Rossi,
201 oriundo do Ministério de Desenvolvimento Social, destinado à Instituição Padre Haroldo Rahm,
202 CNPJ 50.068.188/000-88, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) foi **APROVADO** com dois
203 votos favoráveis, quatro abstenções e nenhum voto nulo. A vice-presidente Celina aprovou com a
204 ressalva de que compreende a necessidade da Instituição e que se o recurso não for para esta, irá
205 para outra instituição. A conselheira Juliana se absteve, considerando que se obtenha uma resposta
206 da Política de Assistência Social. A conselheira Josefa se absteve do voto, considerando todas as
207 discussões feitas nesta reunião e todas as demais instituições que estão demandando essas
208 necessidades. A conselheira Joana falou que se absteve por não ter obtido compreensão. A
209 conselheira Juliana ressaltou que esta pauta deverá ser encaminhada para a próxima reunião da
210 Comissão de Política e Legislação. **INFORMES** - Maria Aparecida informou que os custos da XIII
211 Conferência Municipal de Assistência Social 2019 será divulgado no site do CMAS. O conselheiro
212 Matheus apresentou a planilha com os custos mensurados da Conferência e explicou que o gasto
213 foi no valor total de R\$ 144.544,59 (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro
214 reais e cinquenta e nove centavos), sendo R\$ 77.644,59 (setenta e sete mil, seiscentos e quarenta
215 e quatro reais e cinquenta e nove centavos) gastos pela SMASDH e o valor de R\$ 66.900,00
216 (sessenta e seis mil e novecentos reais) gastos pela FEAC. A conselheira Joana Júlia agradeceu a
217 sua participação no Conselho, falou que aprendeu muito e participará como convidada em outras
218 reuniões do Conselho. A presidente Maria Aparecida Giani Oliva Modenesi Barbosa agradeceu a
219 presença de todos e encerrou a reunião, e eu, Mônica de Lourenço Rocha, Secretária Executiva do
220 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, lavrei a presente ata que, lida e considerada
221 conforme, segue assinada. Campinas, 25 de agosto de 2020.